



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**OBRAS DE ENGENHARIA**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**  
**(Processo Administrativo nº 175/2026)**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação de vias urbanas no Município de Maragogipe/BA, compreendendo a realização de serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem, execução de calçadas acessíveis, sinalização viária e demais serviços complementares, conforme condições, especificações e quantitativos constantes neste instrumento e em seus anexos.

1.2. A contratação será realizada de forma indireta, mediante execução por empresa especializada, selecionada por meio de processo licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto da contratação caracteriza-se como obra de engenharia, envolvendo serviços técnicos especializados, com execução baseada em projeto básico previamente elaborado, incluindo memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o presente processo.

1.4. A execução dos serviços deverá observar integralmente as especificações técnicas constantes no projeto básico e no memorial descritivo, bem como as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, especificações do SINAPI, ORSE, SICRO e demais regulamentos pertinentes à execução de obras públicas.

1.5. A contratação será realizada em lote único, considerando a natureza integrada dos serviços e a interdependência técnica entre as etapas da obra, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O prazo de execução da obra será aquele definido no cronograma físico-financeiro, podendo ser ajustado conforme as necessidades da Administração e as condições de execução, desde que devidamente justificado.

1.7. O regime de execução adotado será o de empreitada por preço global, considerando a necessidade de execução integrada dos serviços e a definição prévia do escopo do objeto.

1.8. O valor estimado da contratação é de R\$ 1.709.888,84 (um milhão, setecentos e nove mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), conforme planilha orçamentária elaborada com base em referências oficiais de preços.

1.9. A contratação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação fundamenta-se no planejamento administrativo previamente realizado, consubstanciado no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o qual demonstrou a viabilidade técnica, econômica e jurídica da solução proposta.

2.2. A necessidade da contratação decorre da situação atual das vias urbanas do Município de Maragogipe/BA, que apresentam condições inadequadas de trafegabilidade, com presença de irregularidades, buracos, deficiência de pavimentação e ausência ou insuficiência de dispositivos de drenagem, comprometendo a mobilidade urbana, a segurança de pedestres e condutores, bem como a qualidade de vida da população.

2.3. Conforme evidenciado nos estudos técnicos que instruem o processo, a precariedade das vias tem ocasionado danos a veículos, dificuldades de acesso às residências, aumento do risco de acidentes e



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

prejuízos ao desenvolvimento das atividades econômicas locais, especialmente no que se refere ao escoamento da produção e à circulação de pessoas e mercadorias.

2.4. A intervenção pretendida consiste na execução de obras de pavimentação de vias urbanas, abrangendo serviços de terraplanagem, execução de pavimento, implantação de meio-fio, construção de calçadas acessíveis, sistema de drenagem e sinalização viária, conforme especificações constantes no projeto básico e demais documentos técnicos que integram o presente Termo de Referência.

2.5. A solução adotada visa promover a melhoria da infraestrutura urbana, proporcionando maior segurança, conforto e acessibilidade aos usuários das vias públicas, além de contribuir para a valorização imobiliária, redução de custos de manutenção e desenvolvimento socioeconômico do município, conforme justificativas constantes no memorial descritivo do empreendimento.

2.6. A contratação encontra-se alinhada às políticas públicas municipais de desenvolvimento urbano e infraestrutura, bem como aos princípios da eficiência e do interesse público, representando medida necessária para a adequada prestação dos serviços públicos e melhoria das condições de mobilidade urbana.

2.7. Dessa forma, resta devidamente caracterizada a necessidade administrativa da contratação, bem como sua adequação técnica e alinhamento com o planejamento público, justificando a adoção das medidas necessárias à sua execução.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação de vias urbanas no Município de Maragogipe/BA, estruturada de forma integrada, contemplando todas as etapas necessárias à implantação, funcionamento e durabilidade da infraestrutura urbana.

3.2. A execução do objeto compreende, de forma sistêmica, os serviços de instalação de canteiro e mobilização, terraplanagem, regularização e compactação do subleito, execução da pavimentação em paralelepípedo ou piso intertravado, assentamento de meio-fio, implantação de calçadas acessíveis, execução de sistema de drenagem pluvial, sinalização viária e serviços finais de limpeza e entrega da obra, conforme especificações constantes no projeto básico e planilha orçamentária.

3.3. A solução foi concebida considerando o ciclo de vida do objeto, abrangendo não apenas a fase de execução da obra, mas também sua utilização e manutenção ao longo do tempo, priorizando técnicas construtivas que proporcionem maior durabilidade, facilidade de manutenção e melhor desempenho da pavimentação.

3.4. Nesse contexto, a escolha por soluções como pavimentação em paralelepípedo ou blocos intertravados permite intervenções futuras sem necessidade de demolição integral da estrutura, facilitando a manutenção de redes subterrâneas e reduzindo custos de conservação.

3.5. A implantação de sistema adequado de drenagem pluvial constitui elemento essencial da solução, contribuindo para a preservação da estrutura do pavimento, evitando processos erosivos, alagamentos e degradação precoce da via, aumentando a vida útil da infraestrutura implantada.

3.6. A execução de calçadas acessíveis, em conformidade com normas técnicas de acessibilidade, assegura a inclusão social e a adequada circulação de pedestres, garantindo que a solução atenda não apenas à mobilidade veicular, mas também à mobilidade urbana de forma ampla.

3.7. Durante a fase de execução, serão observadas boas práticas de engenharia, controle de qualidade dos materiais e acompanhamento técnico contínuo, assegurando que o objeto seja entregue em conformidade com os padrões exigidos.

3.8. Após a conclusão da obra, a infraestrutura implantada demandará apenas manutenções periódicas de baixa complexidade, podendo ser executadas pela própria Administração ou mediante contratações futuras específicas, não havendo necessidade de intervenções estruturais imediatas.

3.9. Dessa forma, a solução adotada apresenta-se adequada sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, equilibrando custos de implantação, durabilidade, facilidade de manutenção e eficiência operacional, garantindo maior economicidade e atendimento ao interesse público ao longo do tempo.



#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais e legais indispensáveis à adequada execução do objeto, garantindo a qualidade da obra, a segurança dos usuários e o atendimento ao interesse público.

##### **4.2. Requisitos técnicos**

A execução dos serviços deverá atender integralmente às especificações constantes no projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos que integram este Termo de Referência, contemplando, entre outros, serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem, execução de calçadas acessíveis e sinalização viária.

Os serviços deverão observar as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, bem como referências oficiais de engenharia, tais como SINAPI, ORSE e SICRO.

##### **4.3. Requisitos de qualificação técnica**

A contratada deverá comprovar aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, mediante:

- a) Registro ou inscrição da empresa e de seus responsáveis técnicos no CREA/CAU competente;
- b) Comprovação de capacidade técnico-operacional, por meio de atestados de execução de obras de pavimentação, terraplanagem, drenagem ou serviços correlatos;
- c) Comprovação de capacidade técnico-profissional, mediante indicação de responsável técnico (engenheiro civil), com experiência em execução de obras similares;
- d) Apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à execução do objeto.

##### **4.4. Requisitos operacionais**

A contratada deverá dispor de estrutura operacional adequada à execução da obra, incluindo equipe técnica e equipamentos compatíveis com os serviços a serem executados, tais como equipamentos de terraplanagem, compactação, transporte e execução de pavimentação.

Deverá manter, durante toda a execução contratual, equipe mínima composta por engenheiro responsável e equipe de apoio técnico, conforme previsto no memorial descritivo.

##### **4.5. Requisitos de execução**

A execução dos serviços deverá observar:

- a) Cumprimento do cronograma físico-financeiro;
- b) Atendimento às normas de segurança do trabalho e legislação trabalhista;
- c) Utilização de materiais de qualidade, conforme especificações técnicas;
- d) Controle de qualidade dos serviços executados, com possibilidade de exigência de ensaios técnicos;
- e) Execução conforme boas práticas de engenharia, garantindo durabilidade da obra.

##### **4.6. Requisitos ambientais**

A contratada deverá adotar medidas de controle ambiental durante a execução da obra, incluindo destinação adequada de resíduos, controle de poeira e ruídos, e cumprimento da legislação ambiental vigente.

##### **4.7. Requisitos legais**

A contratação observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, devendo a contratada manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas no processo licitatório.

#### **1. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A execução do objeto se dará de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada, sob regime de empreitada por preço global, compreendendo a realização de todos os serviços necessários à completa execução da obra de pavimentação de vias urbanas no Município de Maragogipe/BA.

5.2. A contratada será responsável pela execução integral dos serviços previstos, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários, conforme especificações constantes no projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

- 5.3. A execução deverá observar o cronograma físico-financeiro previamente estabelecido, podendo a Administração acompanhar, fiscalizar e exigir ajustes necessários ao adequado andamento da obra.
- 5.4. Os serviços serão executados em frentes de trabalho distribuídas nas diversas vias contempladas pelo projeto, conforme planejamento técnico, devendo a contratada organizar suas equipes de forma a garantir eficiência, segurança e cumprimento dos prazos.
- 5.5. A contratada deverá manter no local da obra equipe técnica qualificada, incluindo responsável técnico habilitado, que responderá pela execução dos serviços, bem como equipe operacional compatível com a complexidade do objeto.
- 5.6. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados por servidor(es) designado(s) pela Administração, que verificarão o cumprimento das especificações técnicas, a qualidade dos serviços e a conformidade com o cronograma estabelecido.
- 5.7. As medições dos serviços executados serão realizadas periodicamente, com base nas etapas concluídas, conforme critérios estabelecidos no cronograma físico-financeiro, sendo condição para liberação dos pagamentos a comprovação da efetiva execução dos serviços.
- 5.8. A contratada deverá assegurar a qualidade dos materiais empregados, podendo a Administração exigir a realização de ensaios técnicos, testes e apresentação de laudos que comprovem a conformidade com as especificações exigidas.
- 5.9. Durante a execução da obra, a contratada deverá adotar medidas de segurança do trabalho, controle ambiental e organização do canteiro, de forma a minimizar riscos à população e aos trabalhadores.
- 5.10. Concluídos os serviços, será realizado o recebimento provisório da obra, mediante verificação da conformidade com o objeto contratado, seguido do recebimento definitivo após o decurso do prazo de observação e eventual correção de falhas.
- 5.11. Eventuais ajustes, correções ou reparos identificados durante a execução ou no período de observação deverão ser realizados pela contratada, sem ônus adicional para a Administração.

## **5. MODELO DE FISCALIZAÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **6.2. Preposto**

6.2.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.2.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução das obras e serviços.

6.2.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **6.3. Fiscalização**

6.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.3.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.3.4. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGÓIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

6.3.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.3.6. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.3.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.3.8. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.3.9. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.3.10. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**6.4. Gestor do Contrato**

6.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. Os pagamentos serão efetuados de forma parcelada, conforme a execução dos serviços, mediante medições periódicas realizadas pela fiscalização da Administração, com base nas etapas efetivamente concluídas, em conformidade com o cronograma físico-financeiro aprovado.

7.2. As medições deverão ser realizadas preferencialmente em periodicidade mensal, ou em intervalo diverso devidamente justificado, considerando o avanço físico da obra.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

- 7.3. Para fins de medição, somente serão considerados os serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, devidamente quantificados e compatíveis com os itens constantes na planilha orçamentária.
- 7.4. A contratada deverá apresentar, para cada medição, relatório detalhado dos serviços executados, acompanhado de memória de cálculo, registros fotográficos e demais documentos que comprovem a execução das etapas correspondentes.
- 7.5. A fiscalização realizará a conferência dos serviços executados, podendo solicitar ajustes, complementações ou esclarecimentos antes da validação da medição.
- 7.6. O pagamento ficará condicionado à aprovação da medição pela fiscalização e à apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada dos documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.
- 7.7. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de atesto da medição e da apresentação da documentação completa, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.8. Não serão realizados pagamentos por serviços não executados ou executados em desacordo com as especificações técnicas, podendo a Administração glosar valores correspondentes a itens não conformes.
- 7.9. Em caso de identificação de inconsistências ou irregularidades na execução dos serviços, a Administração poderá suspender o pagamento até a devida regularização pela contratada.
- 7.10. O pagamento será realizado mediante crédito em conta bancária indicada pela contratada, após o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato administrativo.
- 7.11. Eventuais serviços não previstos inicialmente somente poderão ser pagos mediante prévia formalização de termo aditivo, devidamente justificado e autorizado pela Administração.

## **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

- 8.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação, na modalidade **concorrência**, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de obra de engenharia.
- 8.2. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço**, considerando o valor global do objeto, em razão da natureza integrada dos serviços e da necessidade de execução por única contratada.
- 8.3. O julgamento por menor preço global justifica-se pela interdependência técnica entre os serviços que compõem o objeto, tais como terraplanagem, pavimentação, drenagem, execução de calçadas e sinalização viária, sendo necessária a execução coordenada e integrada para garantia da qualidade final da obra.
- 8.4. O modo de disputa adotado será o **aberto**, nos termos da legislação vigente, permitindo maior competitividade entre os licitantes e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 8.5. A contratação será realizada em **lote único**, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar, não sendo recomendável o parcelamento do objeto em razão da sua natureza técnica integrada.
- 8.6. O regime de execução adotado será o de **empreitada por preço global**, considerando que o objeto possui escopo definido, com quantitativos previamente estabelecidos, permitindo maior controle dos custos e redução de riscos de aditivos contratuais.
- 8.7. Poderão participar do certame empresas do ramo de engenharia civil devidamente habilitadas, que atendam aos requisitos de qualificação técnica, econômica e jurídica estabelecidos no edital.
- 8.8. Será exigida a comprovação de capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestados de execução de serviços similares, bem como a indicação de responsável técnico habilitado.
- 8.9. A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, encargos sociais, tributos, despesas administrativas e lucro, não sendo admitida posterior alegação de omissão de custos.
- 8.10. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis, incompatíveis com os valores de mercado ou em desacordo com as especificações técnicas do objeto.

### **Exigências de habilitação**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

8.11. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**8.12. Habilitação jurídica**

8.12.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.12.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.13. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.13.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.14. Qualificação Econômico-Financeira**

8.14.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.14.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.14.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.14.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.14.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

8.14.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**8.15. Qualificação Técnica**

8.15.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

8.15.2. Registro ou inscrição no conselho profissional competente.

8.15.2.1. Comprovação de registro ou inscrição da empresa e de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, em plena validade.

8.15.3. Capacidade técnico-operacional.

8.15.3.1. Comprovação de aptidão da empresa para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.15.3.2. Os atestados deverão comprovar a execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta contratação, tais como execução de pavimentação, serviços de terraplanagem e execução de drenagem urbana.

8.15.3.3. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, desde que demonstrada a compatibilidade com o objeto licitado.

8.15.3.4. Os atestados deverão estar devidamente registrados no CREA ou CAU, quando exigido pela legislação aplicável.

8.15.4. Capacidade técnico-profissional.

8.15.4.1. Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente ou mediante vínculo contratual, profissional de nível superior, engenheiro civil, devidamente registrado no CREA, com experiência comprovada na execução de obras similares.

8.15.4.2. A comprovação se dará por meio da apresentação de atestado(s) técnico(s) acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA, em nome do profissional indicado.

8.15.4.3. O profissional indicado como responsável técnico deverá participar efetivamente da execução da obra, sendo vedada sua substituição sem prévia autorização da Administração.

8.15.5. Declarações e compromissos técnicos.

8.15.5.1. Declaração formal de que a licitante dispõe ou disporá, no momento da execução contratual, de todos os equipamentos, pessoal técnico e operacional necessários à execução do objeto.

8.15.5.2. Declaração de que tomou conhecimento de todas as condições locais para execução dos serviços, não podendo alegar desconhecimento posterior.

8.15.6. Disposições gerais.

8.15.6.1. A exigência de qualificação técnica observará os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, não podendo restringir indevidamente a competitividade do certame.

8.15.6.2. Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, admitindo-se, quando cabível, a utilização de atestados vinculados à matriz ou filial, nos termos da legislação vigente.

8.15.6.3. A Administração poderá realizar diligências para verificação da veracidade das informações prestadas.

8.15.6.4. A empresa deverá apresentar atestado técnico operacional, comprovando ao mínimo 50% do item de maior relevância do objeto licitado.

CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL		
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia).af_05/2020	4.256,66	M²





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOJIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

**8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. A presente contratação possui adequação orçamentária e financeira, estando compatível com o planejamento da Administração Pública Municipal e com os recursos oriundos de convênio celebrado com a União.

9.2. As despesas decorrentes da execução do objeto correrão à conta de recursos provenientes do Convênio nº 975149/2025, Operação nº 13260/2025, firmado entre o Município de Maragogipe/BA e o Ministério das Cidades, com interveniência da Caixa Econômica Federal, bem como de recursos de contrapartida do Município.

9.3. As despesas serão classificadas na seguinte dotação orçamentária:

9.3.1. Unidade Orçamentária: 02.12.01 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

9.3.2. Programa/Ação: 1.019 – Pavimentação e Drenagem de Vias Públicas

9.3.3. Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

9.3.4. Fonte de Recursos:

9.3.4.1. 1500 – Recursos não vinculados de impostos (contrapartida municipal)

9.3.4.2. 1700 – Outras transferências de convênios ou instrumentos congêneres da União

9.4. O valor estimado da contratação é de R\$ 1.709.888,84 (um milhão, setecentos e nove mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), conforme planilha orçamentária do empreendimento.

9.5. A execução financeira do contrato observará o cronograma físico-financeiro aprovado no âmbito do convênio, ficando condicionada à regular liberação dos recursos pelo órgão concedente.

9.6. Caso a execução contratual ultrapasse o exercício financeiro, deverão ser observadas as normas aplicáveis à execução orçamentária e financeira, inclusive quanto à inscrição em restos a pagar e eventuais reprogramações.

Maragogipe-Ba, 30 de março de 2026.

  
**EVERTON DE JESUS PINHEIRO**  
**CREA: 3000136973BA**

  
**CLERISVALDO NASCIMENTO DE ANDRADE**  
**Secretário de Planejamento**